

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
AGRADECIMENTO ETERNO AO MEU AMIGO IRMÃO PAULO EDUARDO VILCHEZ VICECONTI – <i>IN MEMORIAM</i>.....	7
APRESENTAÇÃO À 20ª EDIÇÃO	9
CONTEÚDO POR AUTOR	13
BREVE PREFÁCIO.....	15
CAPÍTULO 1. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS. FATO GERADOR. BASE DE CÁLCULO. ALÍQUOTAS. IMUNIDADES, ISENÇÕES E NÃO INCIDÊNCIA	33
1.1 Noções gerais	37
1.1.1 Fato Gerador	37
1.1.2 Período de Apuração.....	38
1.1.3 Base de Cálculo.....	38
1.1.4 Alíquota e Adicional.....	38
1.1.5 Prazo de Recolhimento	39
1.1.6 Declaração de Informações da Pessoa Jurídica (DIPJ)	40
1.1.7 Escrituração Contábil Fiscal – ECF.....	40
1.2 Lucro real	41
1.2.1 Conceito	41
1.2.2 Caso Prático para a Determinação do Lucro Real e do Cálculo do IRPJ.....	42
1.2.3 Pessoas Jurídicas Obrigadas à Tributação com Base no Lucro Real (art. 257 do RIR/2018 e art. 59 da IN RFB 1.700/2017)	49

1.2.4	Opção pelo Lucro Real Anual e Pagamento Mensal por Estimativa	51
1.2.5	Pagamento da CSLL por Estimativa Pura (Receita Bruta e Acréscimos)	57
1.2.6	Balanço ou Balancete de Suspensão ou Redução	59
1.3	Lucro Presumido	63
1.3.1	Opção pelo Regime	63
1.3.2	Necessidade de Escrituração Contábil ou do Livro Caixa e do Livro de Registro de Inventário	63
1.3.3	Determinação do Lucro Presumido.....	64
1.3.4	Alíquota, Adicional e Prazo de Recolhimento	66
1.3.5	Mudança de Opção	67
1.3.6	Regime de Apuração das Receitas.....	67
1.3.7	CSLL para as Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido. Base de Cálculo e Alíquota	68
1.4	Lucro arbitrado.....	69
1.4.1	Receita Bruta Conhecida.....	70
1.4.2	Receita Bruta Não Conhecida	72
1.4.3	Acréscimos ao Resultado Apurado e Opção pela Tributação com Base no Lucro Presumido ou Lucro Real para os Demais Trimestres	73
1.4.4	Alíquota, Adicional e Prazos de Recolhimento	74
1.4.5	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	74
1.5	Tributação específica – Veículos usados	76
1.5.1	Lucro Real, Presumido ou Arbitrado, Inclusive Pagamentos Mensais por Estimativa	76
1.6	Liquidação extrajudicial e falência	77
1.7	Modificações produzidas pela Lei 12.973/2014	77
1.8	IN RFB 1.700/2017	78
1.9	RIR/2018 (Aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22-11-2018)	79
1.10	Empresa Simples de Crédito – ESC.....	79
1.10.1	Funcionamento da ESC	80
1.10.2	Tributação das ESC pelo IRPJ e pela CSLL.....	80

CAPÍTULO 2. CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE	83
2.1 Introdução.....	83
2.2 Da convergência às normas internacionais.....	84
2.2.1 Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)	85
2.3 Balanço patrimonial – Novos grupos de contas	91
2.3.1 Ativo Diferido.....	91
2.3.2 Ativo Intangível.....	92
2.3.3 Avaliação Permanente de Recuperação de Ativos	92
2.3.4 Resultado de Exercícios Futuros (REF).....	95
2.3.5 Patrimônio Líquido	95
2.3.6 Equivalência Patrimonial	103
2.4 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).....	105
2.4.1 Lei Das Sociedades por Ações (Art. 187 da Lei 6.404/1976).....	105
2.4.2 DRE SOCIETÁRIA	106
2.4.3 Exclusão dos Tributos sobre Vendas na Receita	107
2.4.4 Receita Bruta e Líquida – Aspectos Tributários.....	109
2.4.5 Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)	111
2.4.6 Demonstrações contábeis obrigatórias.....	112
2.5 Sociedades de grande porte (SGP)	114
2.5.1 Publicação das Demonstrações Contábeis	114
2.6 Novas demonstrações Contábeis.....	114
2.7 Critérios de avaliação	115
2.7.1 Do Ativo	115
2.7.2 Do Passivo	124
2.8 Arrendamentos (<i>leasing</i>)	125
2.9 Primazia da essência sobre a forma.....	126
2.10 Histórico: Aspectos tributários (IRPJ, CSLL, PIS E COFINS) antes da edição da Lei 12.973, de 2014	127
2.10.1 Introdução histórica.....	127
2.10.2 Critérios Contábeis Diferenciados.....	128
2.10.3 Reservas de Capital e Reservas de Lucros	129
2.10.4 Opção pelo Lucro Presumido	130

2.10.5	Demais Tributos (CSLL, PIS e COFINS)	130
2.10.6	Juros sobre o Capital Próprio (JCP).....	131
2.10.7	Compensação de Prejuízos Não Operacionais	131
2.10.8	Escrituração	132
2.11	Companhias fechadas.....	136
2.12	Conselho Federal de Contabilidade (CFC).....	136
2.13	Receita Federal do Brasil (RFB).....	136
2.14	Alterações provocadas pela Lei 12.973/2014.....	136
2.15	Regulamento do Imposto de Renda (RIR/2018)	137
CAPÍTULO 3. AJUSTES A VALOR PRESENTE E SEUS REFLEXOS		139
3.1	Definição de Ajustes a Valor Presente (AVP).....	139
3.1.1	Ativos e Passivos Financeiros	139
3.2	Taxa de juros a ser utilizada	140
3.2.1	AVP Utilizando a Planilha Excel.....	140
3.2.2	Taxa de Juros Implícita Usando a Planilha Excel	143
3.3	Classificações dos Ajustes a Valor Presente.....	146
3.3.1	Reversão dos AVP.....	147
3.4	Ajustes relativos à avaliação do ativo (Art. 412 do RIR/2018)	147
3.4.1	Caso Prático	147
3.4.2	Realização Mensal do AVP	148
3.4.3	Tributos Incluídos no Valor das Receitas.....	149
3.4.4	Aspectos Tributários dos AVP dos Ativos.....	149
3.5	AVP relativos à avaliação do passivo (Art. 413 do RIR/2018) ...	151
3.5.1	Obrigatoriedade Legal de Ajustar	152
3.5.2	Caso Prático pela Legislação Societária	152
3.5.3	Realização Mensal do AVP	154
3.5.4	Aspectos Tributários dos AVP das Obrigações.....	154
3.5.5	Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS	159
3.6	Caso prático – AVP no ganho ou perda de capital	160
3.6.1	Depreciação Contábil e Tributária (Fiscal)	160
3.7	Casos práticos.....	162
3.8	Outros Ajustes a Valor Presente (AVP).....	165
3.8.1	Outros Ativos e Receitas – Aspectos Tributários.....	165

3.8.2	Outros Passivos e Despesas	165
3.8.3	Vinculação à Subconta do Ativo.....	166
3.8.4	Outras Importâncias e Valores	166
3.9	Controle dos AVP em subcontas	167
3.9.1	Subcontas Analíticas	167
3.9.2	Livro Razão Auxiliar (RAS).....	168
3.10	Outras normas societárias relativas ao AVP	169
3.10.1	Renegociação do Direito ou da Obrigação.....	169
3.10.2	Valores Idênticos à Vista ou a Prazo.....	169
3.10.3	Alteração no <i>Status</i> dos AVP (Estorno Pendente)	170
3.11	Casos práticos.....	170
3.11.1	Cálculos da Operação – AVP	170
3.11.2	Contabilização dos Direitos AVP	171
3.11.3	Pela Legislação Tributária	172
3.11.4	Obrigações	173
3.12	Reflexos dos AVP	176
3.13	Regulamentações da Lei 12.973/2014	176
3.14	Diferenças entre valor presente e valor justo.....	177

CAPÍTULO 4. TRATAMENTO DAS RECEITAS, DESPESAS E CUSTOS PREVISTOS NA LEI 12.973/2014

4.1	Receita Bruta e Receita Líquida	179
4.1.1	Novo Conceito.....	179
4.1.2	AVP Relativos à Avaliação do Ativo.....	181
4.1.3	Exclusão dos Tributos Incidentes sobre Vendas	182
4.1.4	Caso Prático – Legislação Tributária	185
4.1.5	Breve Histórico: Exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS/COFINS	189
4.2	Alterações no conceito de receita bruta e líquida	195
4.2.1	Reflexos na Estimativa Mensal (Lucro Real).....	195
4.2.2	Reflexos no Lucro Presumido e Arbitrado.....	196
4.2.3	Reflexos na CSLL	197
4.2.4	Reflexos nas Contribuições Sociais (PIS E COFINS)....	198
4.2.5	Contratos de Construção a Longo Prazo.....	200
4.2.6	Contratos de Concessão	200

4.2.7	Mudança de Lucro Presumido para Lucro Real	201
4.2.8	Avaliação a Valor Justo – Ganho de Capital.....	202
4.3	Lucro real	202
4.3.1	Custo dos Bens e dos Serviços (arts. 301 e 302 do RIR/2018).....	202
4.3.2	Acréscimo de Atividades	204
4.3.3	Despesas Pré-operacionais ou Pré-industriais	204
4.3.4	Depreciação	205
4.3.5	Caso Prático	208
4.3.6	Receitas e Despesas Financeiras.....	211
4.3.7	Juros sobre o Capital Próprio (JCP).....	212
4.3.8	Provisões	214
4.3.9	Arrendamentos	215
4.4	Custo de emissão de ações	220
4.5	Teste de recuperabilidade.....	223
4.5.1	Como Estimar o Valor em Uso	226
4.6	Amortização de intangíveis	228
4.6.1	Gastos com Inovação Tecnológica.....	228
4.7	Custos estimados de desmontagem e restauração	228
4.8	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	229
4.8.1	Livros Fiscais	229
4.8.2	Empresas Desobrigadas de Escrituração	230
4.8.3	CSLL – Instituições Financeiras e Assemelhadas.....	231
4.8.4	Arbitramento do Lucro.....	231
4.8.5.	Alíquotas das CSLL	231
4.9	Doações e subvenções para investimentos.....	232
4.9.1	Constituição da Reserva de Incentivos Fiscais	232
4.9.2	Apuração de Prejuízo Contábil	233
4.9.3	Destinação Diversa – Tributação	233
4.9.4	Caso Prático	234
4.9.5	Decisão da CSRF do CARF	234
4.10	Prêmio para emissão de debêntures	235
4.10.1	Cômputo na Apuração do Resultado do Exercício – ARE.....	235
4.10.2	Cômputo na Base de Cálculo dos Tributos.....	235

4.10.3	Reconstituição da Reserva Específica de Lucros	236
4.10.4	Destinação Diversa – Tributação	236
4.10.5	Limite das Reservas de Lucros	237
4.11	Pagamento baseado em ações.....	237
4.11.1	Adição à Base de Cálculo dos Tributos.....	237
4.11.2	Dedutibilidade do Pagamento.....	238
4.11.3	Efeitos nos Juros sobre o Capital Próprio	238
4.11.4	Controle no LACS/LALUR.....	238
4.11.5	DECISÕES DO CARF: <i>STOCK OPTIONS</i>	239
4.12	Prejuízos não operacionais	240
4.13	Distribuição de Lucros ou Dividendos	240
4.13.1	Lucro Real, Presumido e Arbitrado	240
4.13.2	Lucro Real	242
4.14	Outros elementos e valores	243
4.14.1	Novos Métodos e Critérios Contábeis	243
4.14.2	Reserva de Reavaliação.....	244
4.14.3	Falta de Registro de Despesas e Receitas	245
4.14.4	Reconhecimento em Moeda Corrente Nacional.....	246
4.14.5	Ajustes no LACS/LALUR	246
4.14.6	Lucro Presumido e Arbitrado	246
4.14.7	Controles Específicos	246
4.15	Perdas no recebimento de créditos	246
4.15.1	Alterações da IN RFB nº 1881, de 2019	248
4.16	Contribuições sociais (PIS e COFINS).....	249
4.16.1	Regime de Incidência Cumulativa	249
4.16.2	Regime de Incidência Não Cumulativa	249
4.16.3	Análise dos Diplomas Legais.....	250
4.16.4	Alterações Participações Societárias (Lei 13.043/2014)	251
4.16.5	Reclassificação das Participações Societárias	255
4.16.6	Comparações entre Incidência Cumulativa e Não Cumulativa.....	255
4.17	PIS e COFINS sobre Receitas Financeiras	256
4.17.1	Decreto nº 8.426, de 2015.....	256
4.18	EXCLUSÃO DO ICMS NA BC DO PIS/COFINS (TESE DO SÉCULO).....	258

4.18.1	Casos Práticos do subitem 4.1.5 deste livro	259
4.19	Novo regulamento das Contribuições Sociais	259
4.19.1	IPI na base de cálculo do crédito do PIS/COFINS	260
4.19.2	Resumo do IPI nas bases de cálculo (PIS/COFINS) ...	261
4.19.3	Insumos – Bens e serviços relevantes ou essenciais ...	262
4.19.4	Receita bruta utilizada no rateio proporcional	265
4.19.5	Medida Provisória nº 1.159, de 12/01/2023.....	266
4.20	Outras teses decorrentes da “Tese Do Século”	267
4.21	Tributos cobrados “por fora”.....	267
4.22	Créditos extemporâneos de PIS/COFINS.....	269
4.22.1	Aspectos da legislação comercial	270
4.23	Programa de litígio zero	271
4.24	Controle por Subcontas Contábeis.....	273
4.24.1	Utilização de subcontas – Legislação tributária	275
4.24.2	Decisão do CARF sobre subcontas	276
CAPÍTULO 5. AVALIAÇÃO A VALOR JUSTO		277
5.1	Conceito	277
5.1.1	Estimativas do valor justo para instrumentos financeiros.....	278
5.2	Contabilização de acordo com a Legislação Societária e as Normas Brasileiras de Contabilidade. Contrapartida do ajuste a valor justo.....	278
5.2.1	Pronunciamento técnico CPC nº 48.....	282
5.2.2	Reversão do Ajuste de Avaliação Patrimonial por Ocasão da Alienação ou Baixa Parcial do Ativo que os originou	282
5.2.3	Contabilização	283
5.3	Ativos que, segundo a legislação brasileira, podem ser avaliados a valor justo	283
5.3.1	Combinações de Negócios	287
5.3.2	“Deemed Cost”	288
5.3.3	Ativos Objeto de Doação ou Permuta	288
5.4	Reconhecimento dos tributos diferidos como conta redutora do ajuste de avaliação patrimonial	292
5.5	Instrumentos financeiros	293

5.6	<i>Deemed cost</i> ou custo atribuído para avaliação inicial do ativo imobilizado.....	295
5.7	Tratamento fiscal no lucro real e no resultado ajustado (Lei 12.973/2014) e respectiva contabilização normatizada pela Receita Federal do Brasil	298
5.7.1	Ganho de Avaliação a Valor Justo	298
5.7.2	Perda de Avaliação a Valor Justo.....	302
5.7.3	Ganho na Avaliação a Valor Justo na Permuta.....	303
5.7.4	Tratamento Fiscal no Lucro e Resultado Presumidos (Lei 12.973/2014). Mudança de Tributação do Lucro Presumido para Lucro Real.....	306
5.7.5	Ganho de Capital na Subscrição de Ações	307
5.7.6	Perda de Capital na Subscrição de Ações.....	309
5.8	Tratamento tributário do valor justo na legislação do PIS e da COFINS	311
5.8.1	Base de Cálculo na Sistemática Cumulativa	311
5.8.2	Base de Cálculo na Sistemática Não Cumulativa.....	311
5.8.3	Créditos relativos ao PIS e COFINS Incidentes sobre Importações	311
5.9	CARF e o controle em subcontas do AVJ	312

CAPÍTULO 6. AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (MEP) 315

6.1	Conceito de investimentos.....	315
6.2	Investimentos temporários e permanentes	316
6.3	O Método da Equivalência Patrimonial (MEP)	316
6.4	Obrigatoriedade do método	317
6.5	Sociedades controladas	318
6.6	Sociedades coligadas	318
6.7	Sociedades que fazem parte de um mesmo grupo.....	318
6.8	Empreendimentos controlados em conjunto.....	319
6.9	Contrapartidas credoras ou devedoras do ajuste do investimento no ativo	319
6.9.1	Lucro ou Prejuízo na Investida	319
6.9.2	Aumento de Capital da Investida.....	321
6.9.3	Recebimento de Dividendos.....	330

6.9.4	Ajustes de Avaliação Patrimonial (PL)	331
6.9.5	Ajuste de Conversão Cambial na Investida	334
6.10	Aquisição de participação societária por valor distinto do valor patrimonial	335
6.10.1	Avaliação a Valor Justo em Ativos e Passivos da Investida, cuja aquisição foi efetuada com Mais-valia	341
6.10.2	Avaliação a Valor Justo em Ativos e Passivos da Investida, cuja aquisição foi efetuada com Menos-valia	344
6.10.3	Tratamento da Mais ou Menos-valia e da Perda por <i>Impairment no Goodwill</i> em Operações de Incorporação, Fusão e Cisão.....	344
6.10.4	Aquisição de Participação Societária em Estágios (art. 427 do RIR/2018)	344
6.10.5	Tratamento da Aquisição Societária Adquirida em Estágios nas Operações de Fusão, Cisão e Incorporação...	349
CAPÍTULO 7. GANHOS OU PERDAS DE CAPITAL		351
7.1	Conceitos básicos.....	351
7.2	Apuração contábil e tratamento fiscal	352
7.2.1	Ativo Imobilizado.....	352
7.2.2	Ativo Intangível.....	357
7.2.3	Investimentos (Participações Societárias Permanentes)	360
7.2.4	Investimentos (Propriedade para Investimento)	365
7.3	Ganho de capital nas vendas, para recebimento do preço, no todo ou em parte, posteriormente ao término do exercício social seguinte ao da contratação	368
7.4	Ganho ou perda de capital na subscrição de participação societária com integralização por meio da entrega de ativo avaliado a valor justo	370
7.5	Apuração e compensação de prejuízos não operacionais.....	370
7.6	Ganhos de capital não são tributados pelo PIS/COFINS.....	375
CAPÍTULO 8. COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO DE SOCIEDADES		377
8.1	Conceito de combinações de negócios.....	377

8.1.1	Aquisições de Participações Societárias em Estágios ...	382
8.1.2	Aquisições sem Transferência de Controle ou entre Partes sob Controle Comum.....	386
8.2	Incorporação, fusão e cisão. Conceito e tratamento contábil....	387
8.2.1	Incorporação. Conceito e Aspectos Contábeis mais elementares.....	387
8.2.2	Fusão. Conceito e Aspectos Contábeis mais elementares	389
8.2.3	Cisão. Conceito e Aspectos Contábeis mais elementares	390
8.2.4	Operações entre Sociedades sobre Controle Comum....	392
8.3	Incorporação quando uma das sociedades participa do capital de outra.....	393
8.3.1	Incorporação da Investida por sua Investidora.....	393
8.3.2	Incorporação da Investidora pela Investida	397
8.4	Aspectos tributários das operações de incorporação, fusão e cisão	399
8.4.1	Histórico: Participações Societárias Adquiridas até 31.12.2014.....	399
8.4.2	Participações Societárias Adquiridas depois de 31.12.2014.....	404
8.5	Aspectos tributários comuns às operações de incorporação, fusão e cisão	414
8.5.1	Compensação de Prejuízos.....	414
8.5.2	Reservas de Reavaliação	415
8.5.3	Participação Extinta em Fusão, Incorporação e Cisão ...	417
8.5.4	Responsabilidade Tributária dos Sucessores	418
8.5.5	Levantamento de Balanço, Apresentação da ECF e Pagamento do Imposto	419
8.5.6	Incentivos e Benefícios Fiscais	419
CAPÍTULO 9. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO E CONCESSÃO		421
9.1	Contratos de construção. Conceito e tratamento contábil. Tratamento Tributário	421
9.1.1	Introdução – Tratamento Contábil até 31-12-2017 ...	421
9.1.2	Tratamento Contábil depois de 31-12-2017	422

9.1.3	Conceito de Contrato de Construção segundo o CPC 17 (R1)	422
9.1.4	Reconhecimento de Receitas e Despesas segundo o CPC 17 (R1).....	423
9.1.5	Reconhecimento de Receitas e Despesas Decorrentes de Construção Imobiliária segundo a OCPC 04	424
9.1.6	Análise do CPC 47 não sugere modificações no Tratamento Contábil	425
9.1.7	Tratamento Tributário da Construção de Unidades Imobiliárias	426
9.1.8	Tratamento Fiscal dos demais Contratos de Construção	430
9.2	Contratos de concessão. Conceito e tratamento contábil. Tratamento Tributário	432
9.2.1	Valor Pago pelo Concedente ao Concessionário.....	433
9.2.2	Reconhecimento de um Ativo Financeiro	434
9.2.3	Reconhecimento de um Ativo Intangível	448
9.2.4	Reconhecimento de um Ativo Financeiro e um Ativo Intangível Simultaneamente (Sistema Híbrido)	457
9.3	Pronunciamento Técnico CPC nº 48	457
9.3.1	Introdução	457
9.3.2	Classificação e Mensuração.....	458
9.3.3	Perdas de Créditos Esperada.....	458
CAPÍTULO 10. RESULTADOS DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		463
10.1	Histórico da tributação	463
10.2	Vigência da Lei 12.973/2014	464
10.2.1	Opção pela Tributação Universal	464
10.3	Pessoa jurídica equiparada à controladora	465
10.3.1	Introdução	465
10.3.2	Equiparada à Controladora.....	465
10.4	Regime fiscal privilegiado.....	466
10.5	Definições de Renda	467
10.6	Tributação das controladas – Exterior	468
10.6.1	Registro em Subcontas Individualizadas (Art. 447 do RIR/2018)	468

10.6.2	Conversão para Reais.....	469
10.6.3	Equivalência Patrimonial Societária.....	472
10.7	Pessoas Jurídicas Controladoras	478
10.7.1	Base de Cálculo do IRPJ e da CSLL.....	478
10.7.2	Contabilização para Fins Tributários.....	479
10.7.3	Reversão das Subcontas e Distribuição de Lucros.....	480
10.7.4	Caso Prático – 1ª Hipótese	481
10.7.5	Caso Prático – 2ª Hipótese	483
10.7.6	Caso Prático – 3ª Hipótese (Subitem 10.6.3).....	484
10.7.7	Dedução de Prejuízos Acumulados do Exterior	486
10.7.8	Atividades Especiais	486
10.7.9	Ajuste Consolidado	487
10.8	Pessoas Jurídicas Coligadas	491
10.8.1	Tributação pelo Regime de Caixa (Art. 452 do RIR/2018).....	491
10.8.2	Tributação pelo Regime de Competência.....	492
10.8.3	Opção Estabelecida pela IN RFB nº 1.674/2016	493
10.9	Disponibilização dos resultados positivos	493
10.9.1	Liquidação da Empresa Brasileira	494
10.9.2	Liquidação da Investida no Exterior	494
10.9.3	Absorção da Investida no Exterior	494
10.9.4	Alienação da Investida no Exterior	495
10.10	Imposto pago no exterior	495
10.10.1	Conversão para Reais (R\$)	495
10.10.2	Montante Passível de Compensação	495
10.10.3	Compensação do Imposto Pago no Exterior	496
10.10.4	Dedução em Momento Posterior.....	496
10.10.5	Apuração de Base de Cálculo Negativa no Brasil.....	497
10.10.6	Base de Cálculo Positiva Inferior ao Lucro Apurado no Exterior	498
10.10.7	Baixa do Saldo do Imposto Pago no Exterior.....	498
10.10.8	Consolidação de Resultados.....	498
10.11	Deduções da base de cálculo	498
10.11.1	Dedução do lucro de participações no Brasil	498
10.11.2	Dedução – Preços de Transferência e Subcapitalização.....	499

10.11.3	Dedução dos Tributos Devidos (IRPJ e CSLL)	500
10.11.4	Limites de Dedução do IR Pago no Exterior.....	503
10.11.5	Dedução do Imposto de Renda Retido sobre Divi- dendos	504
10.12	Pagamento.....	504
10.12.1	Diferimento na Proporção dos Lucros Distribuídos ...	504
10.12.2	Informação na DCTF.....	505
10.12.3	Fusão, Cisão, Incorporação e Extinção	505
10.12.4	Incidência de Juros e Variação Cambial.....	505
10.12.5	Opção pelo Pagamento Parcelado.....	505
10.12.6	Infração às Regras deste Item	506
10.12.7	Caso Prático (Resultado Apurado no Exterior)	506
10.13	Disponibilização da documentação fiscal	509
10.14	Novas regras de tributação universal.....	509
10.14.1	Opção para o Ano-calendário de 2014	510
10.14.2	Exercício ou Cancelamento da Opção.....	510
10.15	Prazo de dois anos para compensação do IR pago.....	511
10.16	Fundos de investidores estrangeiros.....	511
10.17	Prejuízos fiscais e BC negativa da CSLL.....	512
10.18	Regime fiscal privilegiado.....	513
10.18.1	Alteração na Tributação	513
10.19	Demonstrativos	513
10.20	Equivalência patrimonial – Esclarecimento	514
10.21	Casos práticos.....	515
10.21.1	1º Caso Prático – IRPJ.....	515
10.21.2	2º Caso Prático – IRPJ.....	518
10.21.3	3º Caso Prático – IRPJ.....	521
10.21.4	4º Caso Prático – IRPJ.....	523
10.21.5	5º Caso Prático – IRPJ E CSLL	524
10.21.6	6º Caso Prático – IRPJ e CSLL.....	528
10.21.7	Casos Práticos	531
10.22	Aspectos societários da conversão do lucro	537
10.22.1	Dólares para Reais pela Cotação Média do Ano	537
10.23	Caso prático.....	539

10.24	Lucro presumido.....	546
10.24.1	Participação societária no exterior	546
CAPÍTULO 11. LUCRO DA EXPLORAÇÃO.....		549
11.1	Conceito de acordo com o Decreto 9.580/2018 (RIR/2018)....	549
11.1.1	Pessoas Jurídicas com Atividades Beneficiadas pelos Incentivos com Base no Lucro da Exploração	550
11.2	Cálculo do lucro da exploração antes e depois da vigência da Lei 12.973/2014 e do RIR/2018	552
11.2.1	Receitas Financeiras Excedentes das Despesas Financeiras.....	554
11.2.2	As Outras Receitas e Outras Despesas (Denominadas antes das Alterações Promovidas pela Lei nº 11.638/2007 como Receitas e Despesas não Operacionais)	556
11.2.3	Resultados Positivos e Negativos em Participações Societárias e em Sociedades em Conta de Participação	557
11.2.4	Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	557
11.2.5	Ganhos e Perdas em Operações no Exterior	557
11.2.6	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	558
11.2.7	Ganhos ou Perdas na Alienação de Participações Societárias Temporárias	558
11.2.8	Variação Cambial – MP 2.158-35.....	558
11.2.9	Baixa de Reserva de Reavaliação Constituída até 31.12.2007.....	559
11.2.10	Ajuste de Receitas de Exportação – Preços de Transferência	560
11.2.11	Receitas de Prêmios na Emissão de Debêntures e de Doações e Subvenções Governamentais para Investimento.....	561
11.2.12	Ganhos e Perdas em Ajustes a Valor Justo	561
11.2.13	Receitas de Subvenções Governamentais	561
11.3	Casos Práticos.....	562
11.4	Lucro da exploração e o lucro real.....	565

11.4.1	Lucro da Exploração como Redução do Imposto	565
11.4.2	Lucro da Exploração como Redução do Imposto Quando Existe Adicional do Imposto de Renda – PJ...	568
11.4.3	Limite para a Redução do Imposto e do Adicional	570
11.5	Redução do imposto por reinvestimento do período de apuração	571
11.5.1	Limite do Benefício	572
11.5.2	Casos Práticos	572
11.6	Lucro da Exploração – Escrituração Contábil Fiscal (ECF)	574
11.6.1	Solução de Consulta COSIT nº 151, de 26/09/2018....	577